

Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e Novas Declarações Obrigatórias a Partir de 2022: SPED; e-Social; EFD-Reinf e DCTFWeb

Com ênfase na IN RFB no 1.234/2012, IN no RFB 2110/2022 e Decreto no 9.580/2018 – ICMS/MT: Lei 7.098/1998, ATUALIZADO COM A NOVA IN RFB Nº 2.110/2022 E A IN RFB 2.145/2023.

REALIZAÇÃO DO CURSO:	26 a 30 DE AGOSTO DE 2024
PERÍODO:	Segunda a Sexta - Feira, DAS 08:00 AS 12:00 HRS
SISTEMA DE AULAS:	TELEPRESENCIAL
INVESTIMENTO:	R\$ 1.600,00



Mini Curriculum do Professor: **MSc. THIAGO BERGMANN DE QUEIROZ - TSE DE BRASÍLIA DF.**



Mestre em Administração, área de concentração Finanças, pela Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Contábeis e licenciado em Matemática também na Universidade de Brasília. Analista Judiciário, especialidade Contabilidade, no tribunal Superior Eleitoral com atuação nas áreas de auditoria e de licitações e contratos. Tem experiência na Gestão de Atas de Registro de Preços, nos contratos de prestação de serviços de alocação de postos de serviços e contratos com formação de preços diferenciados. Professor do tema Licitações e Contratos da ENAP, ESAF e diversas empresas privadas. Tem experiência docente na Educação básica e Superior, nas modalidades presenciais e à distância, e em cursos preparatórios para vestibulares e concursos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 – Aspectos Gerais

- Importância da Gestão Tributária. Por quê uma gestão tributária eficiente faz tanta diferença no Brasil?
- O que significa Gestão Tributária de Contratos?
- Relação custo x benefício da Gestão Tributária de Contratos: vale a pena investir recursos próprios no recolhimento de retenções descontadas de terceiros?
- Responsabilidade tributária dos contratantes: o que pode acontecer com o tomador de serviço que deixa de efetuar as retenções tributárias exigidas em lei?
- Responsabilidade tributária dos convenientes: quem é responsável pelo recolhimento das retenções tributárias nos convênios públicos? Quais consequências podem advir para o concedente e o conveniente em caso de autuação ou notificação fiscal? Há responsabilidade solidária?
- Distinção entre responsabilidade tributária, trabalhista e administrativa. A responsabilidade tributária quanto às retenções na fonte é solidária, subsidiária ou exclusiva?
- Panorama das incidências tributárias conforme a natureza jurídica do contratante. Diferenças no tratamento legal dispensado à empresa ou entidade privada, à entidade da Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados e Municípios.
- A segregação de funções na fiscalização e gestão de contratos e a execução orçamentária e financeira segundo a jurisprudência do TCU.

2 - Responsabilidades Tributárias relativas ao INSS

2.1 - Retenção de INSS na Cessão de Mão de Obra e Empreitada

2.2 - Contribuição Patronal e Retenção de INSS dos Contribuintes Individuais

3 - Retenção de ISS - Imposto Sobre Serviços na contratação de pessoas físicas e empresas

4 - Retenção de Imposto de Renda (IRRF) e das Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS)

4.1 - Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre contratos de prestação de serviços

4.2 - CSLL, PIS/Pasep e COFINS Retidos na Fonte (IRRF) sobre contratos de prestação de serviços com pessoas jurídicas

4.3 - Retenções do Poder Público Federal (Administração Direta e Indireta da União)

MATRICULAS ABERTAS:



(65) 98116-9633 - Cleodenise Bernardes Garcia

E-mail: suporte@icapcursos.com.br